

CFM proíbe bloqueadores hormonais para crianças

A comunidade LGBTI+ protestou contra a decisão da instituição

Por Karoline Cavalcante

O Conselho Federal de Medicina (CFM) aprovou, por unanimidade, na última terça-feira (8), a vedação total da prescrição de bloqueadores hormonais da puberdade para crianças e adolescentes com dissidência de gênero. O relatório, elaborado pelos conselheiros Raphael Câmara (RJ) e Bruno Leandro de Souza (PB), altera diretrizes estabelecidas em 2019 e foi revelado pela Folha de S. Paulo, com confirmação do Correio da Manhã. O novo documento estabelece quatro mudanças principais na regulamentação anterior, e deverá ser publicado no Diário Oficial da União entre segunda (14) e terça-feira (15).

Casos de puberdade precoce ou de outras condições endócrinas, no entanto, não estão incluídos na proibição dos bloqueadores hormonais, sendo a restrição aplicada exclusivamente à circunstância mencionada. A resolução também eleva de 16 para 18 anos a idade mínima para o início da chamada “terapia hormonal cruzada” — ou hormonização — que consiste na administração de hormônios correspondentes ao gênero com o qual a pessoa se identifica.

Cirurgias

O texto ainda aumenta de 18 para 21 anos a idade mínima para a realização de cirurgias de redesignação sexual que possam comprometer a capacidade reprodutiva. Já os procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero que não apresentam impacto sobre a fertilidade permanecem autorizados a partir dos 18 anos. Como justificati-



Decisão do Conselho de Medicina foi tomada por unanimidade

va, o CFM citou uma alteração legislativa aprovada pelo Congresso Nacional em agosto de 2022, que reduziu de 25 para 21 anos a idade mínima para a realização de laqueaduras e vasectomias no Brasil. A lei foi sancionada em setembro do mesmo ano.

Clínicas que realizarem cirurgias de transição de gênero deverão, obrigatoriamente, cadastrar os pacientes e disponibilizar essas informações aos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) locais. O objetivo é, entre outros, permitir a avaliação de eventuais complicações dos procedimentos. Além disso, a medida orienta que pessoas trans que mantêm órgãos do sistema reprodutor biológico procurem atendimento com médicos especialistas da área correspondente.

O CFM afirma ter seguido uma tendência internacional; Países como o Reino Unido e a Suécia reviram protocolos de transição de gênero para meno-

res de idade.

Isso porque se entende que o uso de hormônios pode trazer riscos à saúde e efeitos colaterais. O CFM alega ainda haver casos de crianças e adolescentes que, depois, teriam se arrependido de fazer o tratamento.

Embora a aprovação tenha recebido a unanimidade dos votos da entidade, interlocutores do CRM revelaram ao Correio da Manhã que o ponto mais controverso foi justamente o que impede totalmente o uso de bloqueadores hormonais para crianças e adolescentes. Os demais trechos da resolução foram aprovados “com tranquilidade”.

Protestos

Em nota, a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra) manifestou repúdio às alterações, classificando-as como “um grave retrocesso no direito ao acesso à saúde integral da população trans e travesti no Brasil, em es-

pecial de crianças e adolescentes trans, diretamente afetados por essa medida”.

“Estamos diante de mais uma ação coordenada que dialoga com a crescente agenda antitrans em nível global, marcada por políticas e discursos que atacam diretamente a existência, a dignidade e os direitos básicos da nossa população”, diz a nota.

“A revogação de diretrizes que garantiam acompanhamento e cuidado adequados para crianças e jovens trans sem nenhuma justificativa aceitável representa um ataque deliberado ao futuro dessas pessoas, com impactos profundos e irreversíveis em sua saúde mental, segurança e bem-estar coletivo de nossa comunidade”, afirmou a Antra.

O diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI+, Toni Reis, declarou que a organização, junto de outras entidades, irá recorrer ao Ministério Público Federal (MPF).

Em greve de fome, Glauber recebe Gleisi na Câmara

Por Karoline Cavalcante

Desde o início de sua greve de fome, o deputado federal Glauber Braga (Psol-RJ) já perdeu mais de dois quilos. Segundo sua assessoria, ele pesa agora 89,4 quilos e completou 72 horas sem se alimentar na madrugada de sábado (12). Ele está acampado no chão do plenário 5 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados desde a última quarta-feira (9), em protesto contra o parecer favorável à cassação de seu mandato, aprovado por 13 votos pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Na tarde de sábado (12), a ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, Gleisi Hoffmann, e o secretário de Comunicação de Governo, Sidônio Palmeira, visitaram Glauber. A conversa foi reservada, mas ambos falaram rapidamente ao final do encontro sobre a preocupação em torno da saúde de Glauber.

Ambos os ministros classificaram como desproporcional a medida tomada pelo colegiado, e afirmaram que estão em busca de uma solução equilibrada para o caso.

Braga afirmou que permanecerá no local até que o julgamento de seu caso seja finalizado e, para amenizar os efeitos do jejum, tem ingerido água, isotônico e soro. De acordo com sua equipe médica, os resultados dos exames de sangue estão dentro da normalidade.



Glauber brincou com seu filho Hugo na sala do Conselho

No final da semana passada, ele também recebeu parlamentares e outras pessoas em solidariedade. E chegou a brincar com seu filho, Hugo, de três anos, na cama que foi instalada na sala do Conselho de Ética. Glauber é caso com a também deputada Sâmia Bonfim (Psol-SP).

“Não vou voltar atrás em nenhuma das minhas decisões. Meu ato de estar aqui, em greve de fome, é minha resposta. Sei que há muitas pessoas preocupadas com minha saúde, mas quero dizer que estou bem. Quando isso tudo vai parar? Quando parar a perseguição que estou sofrendo por dizer

verdades que não queriam que fossem faladas”, afirmou o deputado por meio de nota. Ele tem se comunicado com jornalistas por meio de sua assessoria, como forma de poupar energia.

Chiquinho Brazão

Nesse período, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ainda não indicou quando pautará a matéria no plenário. O processo de Glauber Braga aguarda votação, enquanto outro caso importante permanece estagnado há mais de um ano: a cassação do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ).

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Sóstenes quer manter sigilo das assinaturas

Pressionados, deputados tiram nomes da lista da anistia

O governo entrou em campo para pressionar deputados de partidos da base aliada que assinaram o pedido de urgência para a tramitação do projeto que anistia envolvidos com a tentativa golpista. Segundo o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), pelo menos quatro parlamentares de partidos que, em tese, apoiam o governo, retiraram suas assinaturas. A

lista de apoiadores tem 141 deputados cujos partidos comandam ministérios — PSD, MDB, União Brasil, Progressistas, Republicanos e PSB. Na sexta, Sóstenes anunciou que atingira o número de 257 assinaturas, o que garante a apresentação do pedido de urgência: a palavra final sobre a inclusão na pauta é do presidente da Câmara, Hugo Motta (Repub-PB).

Vazamento

De acordo com o líder, apesar das quatro baixas, o número de assinaturas já chega a 284 — ele quer obter 280, para ter margem de manobra. Para evitar pressões do Planalto, ele tenta agora evitar novos vazamentos dos nomes que constam da lista.

Data marcada

Segundo ele, problemas no site da Câmara — que não descarta terem sido propositalmente — permitiram que, na quinta, fosse liberado o acesso à lista (deputados têm o direito de assiná-la remotamente). Sóstenes quer apresentar o requerimento na reunião de líderes do dia 24.



Chico Alencar quer nova dosimetria de penas

Emendas diminuíram poder do governo, diz psolista

Integrante da base do governo e defensor de revisão de penas para condenados pelo 8 de Janeiro, o deputado Chico Alencar (Psol-RJ) diz que as emendas de execução obrigatória diminuíram muito a capacidade de pressão do Planalto.

Parlamentares, mesmo os que fazem oposição dura ao governo, têm o direito

de mandar dinheiro do orçamento para execução de bens e serviços. As emendas não impositivas são minoria.

Para ele, há, no Supremo Tribunal Federal, um movimento para redução de penas; cita que, nas últimas semanas, alguns acusados e condenados foram beneficiados com prisão domiciliar.

Papai Noel

Um parlamentar de oposição confirmou para a coluna que Motta tem negociado com o STF — chegou a comentar que buscava conversas com o ministro Gilmar Mendes. “Ele está acreditando em Papai Noel, acha que o Supremo vai soltar todo mundo”, critica.

Fome de Glauber

O esvaziamento na Câmara — esta semana só haverá sessões virtuais — aumenta o isolamento do deputado Glauber Braga (Psol-RJ), que por lá faz greve de fome contra a possível cassação do seu mandato. Motta ainda não fez qualquer gesto para preservar o colega.

Alternativa

Apesar da goleada no Conselho de Ética (13 a 5 pela cassação), Glauber ainda tem esperança. Até o líder do PL considera exagerada a punição proposta ao deputado, que chutou um manifestante no Congresso. Para ele, o psolista poderia sofrer uma suspensão.

Alívio

O recuo do presidente Donald Trump em relação à taxa de computadores e celulares aliviou brasileiros que têm viagens programadas para os Estados Unidos nos próximos meses. Muitos já tinham decidido antecipar compras para tentar garantir preços.